

## Trabalho



## OPINIÃO

**Miguel Torres**  
Presidente  
da Força Sindical



Foto: Jaécio Santana

## Pacote fiscal: um engodo para sugar os trabalhadores

Acuado por uma crise política e econômica que cresce a cada dia, o governo Dilma, mais uma vez, escolheu os trabalhadores e a sociedade como “bois de piranha” para tentar sanar seus incontáveis erros e desmandos. O novo pacote fiscal da presidenta — que vive sob a ameaça de impeachment e sofre uma rejeição monstruosa do povo —, demonstra, apenas, o quanto o governo está desorientado.

As medidas contidas no “Pacote de Maldades” do governo, entre elas o adiamento do aumento do funcionalismo e a reinvenção da CPMF, buscam, covarde e erroneamente, atribuir aos trabalhadores o ônus de uma crise pela qual eles não têm qualquer culpa.

E o governo, dando continuidade a sua série interminável de mentiras — como aquela que não mexeria nos direitos dos trabalhadores “nem que a vaca tussa” —, ainda vem dizer que os recursos obtidos pelo novo imposto serão direcionados para cobrir o déficit da Previdência. Nada disto: é só mais uma armadilha presidencial. Um engodo para sugar os trabalhadores e o nosso povo.

A Força Sindical está empenhada em lutar pelos direitos dos trabalhadores, pela saúde das empresas, pelos empregos e contra a insensibilidade do governo. Vamos realizar manifestações por todo o País e muita pressão para sensibilizar os parlamentares, em Brasília, a darem um “NÃO” estrondoso às maldades da presidenta Dilma.

**SINDICALIZE-SE**  
PARTICIPE DO SEU SINDICATO!

**fsindical.org.br**

## FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE SINDICAL



**Miguel:** “O financiamento da atividade sindical tem de ter um debate transparente, com propostas claras”

# Câmara dos deputados instala comissão especial sobre financiamento sindical

## A abertura dos trabalhos da Comissão Especial contará com a presença de dirigentes de todo o País

Será instalada no dia 1º de outubro, às 10 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial que apresentará proposta sobre o financiamento da atividade sindical. A Comissão será presidida pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), e terá como relator o deputado Adalberto Galvão, Bebeto (PSB-BA). Sindicalistas da Força Sindical devem acompanhar a abertura dos trabalhos.

“O debate deve envolver o Brasil inteiro para construir um projeto de consenso”, declara Paulinho. As demais Centrais também participarão deste processo de negociação, porque desejam acabar com a interferência do Estado na atividade sindical, especialmente do Ministério Público do Trabalho (MTP), que, reiteradamente, entra na Justiça para acabar com o repasse do financiamento da atividade sindical para os Sindicatos.

O financiamento da atividade sindical

é aprovado em assembleia e descontado de todos os trabalhadores da base — filiados ou não —, que são beneficiados com os acordos firmados na Convenção Coletiva.

“É uma ação antissindical grave, que visa destruir as entidades sindicais e a ação dos trabalhadores pelo corte de receita, dos recursos usados para mobilizar os trabalhadores”, observa Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

“Ao atacar a fonte de sustentação dos Sindicatos, o Ministério Público enfraquece o poder de pressão e destrói a infraestrutura das entidades”, afirma João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

Os presidentes das Centrais Sindicais foram até a OIT (Organização Internacional do Trabalho) reclamar oficialmente da ação do Ministério Público, e este é um tema muito debatido pelo movimento sindical. “A maioria quer um debate transparente, com propostas claras”, informa Miguel Torres.

“Teremos um longo debate sobre a fonte de custeio para o movimento sindical, que é composta de entidades que representam trabalhadores e também as que representam os patrões. A representatividade destes dois segmentos é

**Deputado Paulinho**  
será o presidente da comissão especial



Foto: Daniel Cardoso

tão importante para a democracia que o custeio foi definido na Constituição de 1988, só que até agora não foi regulamentada”, ressalta o deputado Bebeto.

“Os Sindicatos passaram a ser referência na luta pelos direitos. São entidades que existem para garantir direitos, democracia e liberdade, e nós, sindicalistas, temos uma agenda sintonizada com os interesses da sociedade, como conquistar direitos para as mulheres e medidas de prevenção para os trabalhadores na área de saúde e segurança”, explica Bebeto.

“Vamos debater fontes permanentes de financiamento associadas à transparência”, concluiu. Os empresários tem o Sistema S, e os trabalhadores os seus Sindicatos.

## CAMPANHA SALARIAL E SOCIAL

## Químicos da Força entregam reivindicações ao setor patronal

Nesta semana, lideranças da Federação dos Químicos (Fequimfar) entregaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial e Social aos representantes patronais do Grupo CEAG 10 da Fiesp.

Os trabalhadores reivindicam reajuste de 13% (INPC mais aumento real), piso de R\$ 1.500, piso para técnico de R\$ 2.100 e PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de dois salários normativos,

além de garantias de emprego, melhores condições de trabalho e saúde.

“Nossa luta é por reajuste salarial com aumento real, melhora do piso, PLR e manutenção do emprego. Cerca de 150 mil trabalhadores, representados pela Fequimfar e Sindicatos filiados, estão mobilizados, em todas as regiões do Estado, nesta Campanha Salarial e Social, que



Foto: Arquivo Fequimfar

**Serginho:** “Na luta por aumento real, PLR, pelo emprego, mais segurança e saúde”

ainda reivindica mais e melhores empregos e mais segurança e saúde no ambiente de trabalho”, declara Sergio Luiz Leite, Serginho, presidente da Fequimfar e 1º secretário da Força Sindical.